



HOMESCHOOLING: MAIS UM ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA



A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira, 18/05, o texto-base do Projeto de Lei que regulamenta a prática do ensino domiciliar (homeschooling) na educação básica (pré-escola, ensino fundamental e médio). Apoiado pela base governista, o texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.090/90).

Mais uma vez, Bolsonaro tenta acelerar a aprovação de medidas que dizem respeito a sua pauta ideológica contra os serviços públicos. Neste caso, bolsonaristas afirmam que as crianças são “doutrinadas” pela esquerda nas escolas. Mas o que está por trás dessa medida são mecanismos de privatização e de retirada do dever do Estado no financiamento da Educação. No Ministério da Educação (MEC) atual, há empresários que comercializam materiais de apoio ao ensino doméstico e representam um forte lobby para a aprovação da Lei. Pelas regras, o Projeto será voltado para um grupo elitizado de famílias de classe média e controlado por empresas educacionais privadas.

Hoje, a livre escolha para o tipo de educação escolar das crianças é permitida aos pais. No entanto, é a educação escolar e pública que garante a proteção estatal às crianças e jovens, principalmente aos mais vulneráveis. Com o afastamento de mais um grupo privilegiado das escolas públicas, os investimentos irão cair ainda mais. Além disso, a educação domiciliar pode reforçar o preconceito social, de raça, de cor, de gênero e de religião; o negacionismo científico; a desvalorização dos profissionais da educação; os ataques à democracia e à cidadania. É na escola, especialmente na pública, que a criança aprende a conviver em sociedade e pensar nos interesses coletivos. Com o ensino em casa, além da criação de sujeitos individualistas, aumentará a possibilidade de que abusos domésticos sejam cometidos sem a vigilância da sociedade.

As organizações que lutam em defesa da Educação Pública como direito de todos devem fazer esse debate com a sociedade e se posicionar contra esse Projeto! Em defesa educação escolar pública, gratuita, laica, desmilitarizada e de qualidade social para todos!

MP DO TELETRABALHO APROFUNDA PERDA DE DIREITOS



Publicada em março deste ano, a Medida Provisória 1108/22 tem como suposto objetivo modernizar a regulação existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre o “homeoffice”. Agora há dois tipos de regime de jornada para o trabalho remoto: um com jornada de trabalho, que é caracterizado por controle de ponto e pagamento das horas extras; outro sem jornada de trabalho, por produção ou tarefa.

Para Ari do Nascimento, da CUT Nacional, a MP trata da possibilidade do teletrabalho por produção, sem controle de jornada de trabalho, do tempo de não trabalho, dos descansos remunerados, do direito à desconexão, sem contrapartidas de remuneração, repassando os custos da empresa para a classe trabalhadora, sem discussão de

condições de saúde e segurança, e do direito da família à privacidade e outros direitos.

Outra medida contida na MP é que essas mudanças não precisam ser feitas por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), basta o patrão pressionar o trabalhador que, sem apoio do seu sindicato, sairá mais uma vez prejudicado.

Essa é a política neoliberal de Bolsonaro: retirar direitos conquistados por meio da luta sindical e inviabilizar as negociações coletivas junto às empresas e ao Congresso Federal.

UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL ESTÁ SURTINDO NO BRASIL



Trabalhadores sem direitos (domésticas, entregadores, manicures, camelôs, pedreiros e outros “informais”) começam a se organizar para lutar contra a precarização.

No último dia 04 foi fundado, em São Paulo, o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Direitos, que já existe também em Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A necessidade de lutar por questões básicas, como o direito ao trabalho e contra a discriminação e a invisibilidade dos trabalhadores que a informalidade proporciona, faz com que este movimento fortaleça o debate sobre o enorme crescimento de trabalhadores precarizados e informais no Brasil.

Trabalhar sem direitos viola a dignidade humana. A palavra de ordem deste movimento é um grito contra a escravidão e em defesa da vida.

É preciso dar um basta à exploração e exigir que os governos criem políticas públicas que assegurem direitos essenciais. Os lucros das empresas não podem custar as vidas dos trabalhadores brasileiros.

Toda solidariedade a esta luta tão importante! Não à precarização do trabalho! Não à escravização dos trabalhadores brasileiros!

CHAPA TRAVESSIAS NA LUTA BUSCA RECONDUÇÃO NO APUBHUFMG+



Com nome Travessias na Luta – Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar, a atual gestão do APUBHUFMG+, sindicato dos professores da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e USFJ (Ouro Branco), como chapa única, busca a recondução para mais dois anos de lutas.

Com manutenção de parte de seus quadros, a chapa se propõe a dar continuidade ao trabalho que vem sendo conduzido no APUBHUFMG+, que travou importantes batalhas contra a necropolítica e a perspectiva ultraneoliberal do governo Bolsonaro, participando ativamente, em Belo Horizonte e em Brasília, da luta contra a PEC32, a Reforma Administrativa, ainda não aprovada.

A nova diretoria tem como proposta aprofundar os debates na categoria sobre um retorno ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, pelo correto entendimento de que o embate de uma categoria de servidores públicos federais precisa ser nacional, e não meramente local.

O pleito ocorrerá nos dias 30 e 31 de maio e a apuração em 1 de junho. É de extrema importância a participação ativa da categoria para dar embasamento às próximas ações e lutas sindicais da nova diretoria.

CIPA – UM INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES



A CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidente é um importante instrumento de defesa e organização dos trabalhadores no campo das condições de trabalho e de saúde ocupacional. Os sindicatos devem lutar pela manutenção desse instrumento previsto na CLT e normatizado através pela Norma Regulamentadora 5 (NR-5).

O Governo Bolsonaro vem reduzindo os direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, flexibilizando as normas que garantem a segurança no trabalho. Várias NR's de segurança e saúde no trabalho têm sido revisadas, com o objetivo anunciado de gerar uma economia de cerca

de R\$ 220 bilhões para os empresários brasileiros, em 10 anos. Em outubro do ano passado, o Ministério do Trabalho e Previdência publicou portarias de revisão de várias Normas Regulamentares e anexos, inclusive da NR-5. A CIPA tem papel fundamental na disseminação do conhecimento dos direitos dos trabalhadores no campo da saúde e segurança no trabalho. O movimento sindical tem o dever de utilizar todas as formas possíveis, por meio de ações conjuntas com os membros das CIPAs, para ajudar em sua organização.